

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LA IMPORTANCIA DE LA FAMILIA EN EL PROCESO EDUCATIVO INCLUSIVO

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY IN THE EDUCATION PROCESS INCLUSIVE

Amanda Codeço Ribeiro¹
Heitor Benjamim Campos²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a importância da família ao longo do processo educacional inclusivo. Destacando os princípios da educação inclusiva presentes na legislação brasileira e a importância da cooperação da família e da escola na efetividade do desenvolvimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais. Foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, consultando artigos e livros de referência da presente temática. Conclui-se que a presença da família na escola possibilita uma maior discussão da educação inclusiva entre toda comunidade escolar e propicia a organização dos pais de alunos numa maior compreensão das necessidades de seus filhos.

PALAVRAS CHAVE: Diversidade; Família; Inclusão.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de la familia en todo el proceso educativo inclusivo. Destacando los principios de la educación inclusiva presentes en la legislación brasileña y la importancia de la cooperación familia y

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Fluminense- UNIFLU

² Doutor em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGSP/UENF), Mestre em Sociologia Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF/2013). Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Gosto Cinematográfico, Arte, Movimentos Sociais, Juventude e Envelhecimento. É integrante do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU/UFF) coordenado pela prof^a Dr^a Maria do Socorro B. de Lima e do grupo de pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias (CEP28/UFF) coordenado pela prof^a Dr^a Jussara Freire. Atualmente é professor do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) nos cursos de Direito e Pedagogia.

escuela en la eficacia del desarrollo educativo de los alumnos con necesidades educativas especiales. Se utilizó la metodología de investigación bibliográfica, consultando artículos y libros de referencia sobre este tema. Se concluye que la presencia de la familia en la escuela posibilita una mayor discusión de la educación inclusiva entre toda la comunidad escolar y promueve la organización de los padres de los alumnos en una mayor comprensión de las necesidades de sus hijos.

PALABRAS CLAVE: Diversidad; Familia; Inclusión.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of the family throughout the inclusive educational process. Highlighting the principles of inclusive education present in Brazilian legislation and the importance of family and school cooperation in the effectiveness of the educational development of students with special educational needs. The methodology of bibliographic research was used, consulting articles and reference books on this subject. It is concluded that the presence of the family in the school enables a greater discussion of inclusive education among the entire school community and promotes the organization of parents of students in a greater understanding of the needs of their children.

KEYWORDS: Diversity; Family; Inclusion.

1- INTRODUÇÃO

A Educação é um processo sistematizado que potencializa os sujeitos envolvidos com conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes que lhes serão fundamentais para o pleno exercício da cidadania. Porém, se este mesmo processo não considerar o discente como uma parte integrante de uma estrutura maior, que é a vida em sociedade, correrá o risco de não alcançar um rendimento satisfatório de seus integrantes. Assim, cada vez mais os sistemas de ensino precisam ser projetados para acolher o seu alunado num sentido plural e assegurar um processo de aprendizagem que atenda às suas necessidades individuais. Esta compreensão de uma educação mais ampla e comprometida com a acessibilidade e bem-estar social é a que chamaremos neste trabalho como educação inclusiva.

A educação inclusiva vem sendo construída como um novo paradigma para alcançar justiça, equidade e acessibilidade a todas as crianças de uma determinada nação. Surge também como uma possibilidade de ressignificação da educação que era destinada àquelas crianças separadas dos programas de educação regular ou das escolas convencionais por razões de deficiência física ou intelectual, gênero, etnia ou outra categorização discriminatória.

Em 2009, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tornou pública a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A publicação deste texto trouxe o entendimento da educação inclusiva como uma abordagem pedagógica que visa o aproveitamento das variadas necessidades intelectuais e físicas dos alunos. Este modelo de educação permitiria um maior envolvimento de todos os sujeitos ativos no processo de aprendizagem e minimizaria a exclusão dos alunos marginalizados deste processo. A implicação disso é que toda criança, apesar de suas disposições e origem, tem direito assegurado a uma educação acessível e de qualidade, que atenda o máximo possível as suas necessidades individuais.

A educação inclusiva, de certo modo, consegue ampliar a discussão sobre os modos de se tornarem efetivos os sistemas educacionais dos países de todo o mundo. As recomendações das organizações mundiais da Educação estão alinhando os seus objetivos de minimizar a evasão escolar com um necessário modelo educacional que torne a escola adaptável e acessível a todo tipo de indivíduo. Assim sendo, há um ressignificado do entendimento do que seria a exclusão escolar, não mais apenas com a predominância de aspectos econômicos e culturais. Como podemos observar em um relatório publicado pela UNESCO, em 2021, a respeito da exclusão: “quando se trata de identificar os mais excluídos, a luz deve ser lançada sobre os que não estão na escola em nenhum nível, fora de toda e qualquer oportunidade de educação básica formal, na idade apropriada” (UNESCO, 2021, p.12)

A Educação não é simplesmente disponibilizar escolas para aqueles que já podem acessá-las. Trata-se de identificar as barreiras e obstáculos que os alunos encontram, nos mais diversos cenários em todo o mundo, na tentativa de acessar uma educação de qualidade, bem como na superação desses obstáculos que acarretam a exclusão. Dificuldades essas para a implementação de uma educação inclusiva como a falta de escolas preparadas em sua estrutura física para o atendimento adequado à criança com deficiência e a formação continuada de todos os profissionais da Educação no que tange à essa temática.

Essa dificuldade no plano institucional não é a única problemática enfrentada na efetivação da inclusão nas escolas brasileiras. Tendo em vista os altos índices de familiares que relatam a inexperiência e/ou desconhecimento de métodos para

auxiliar da melhor forma possível as crianças com necessidades especiais. O entendimento e integração da família ao contexto escolar é de tamanha importância para a promoção do desenvolvimento integral do aluno com necessidades especiais.

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância da família ao longo do processo educacional inclusivo. Destacando os princípios da educação inclusiva e a participação da família de alunos com necessidades educativas especiais no cotidiano escolar e sua importância na efetividade do desenvolvimento educacional desses alunos. O artigo está dividido em duas seções: num primeiro momento, apresentamos uma contextualização da implementação de leis que assegurem uma educação inclusiva nas escolas brasileiras; a segunda seção debatemos sobre a cooperação da família no ambiente escolar e a contribuição dessa presença para toda a comunidade.

A metodologia utilizada é do tipo qualitativa, com um propósito de caráter exploratório utilizando como processo técnico um levantamento bibliográfico sobre a importância da participação da família no processo de Inclusão Escolar dos anos iniciais aos anos finais. As pesquisas bibliográficas realizam-se a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores em documentos impressos ou virtuais, como livros, artigos, teses, entre outros (Severino, 2014).

2- CONTEXTO HISTÓRICO E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No que diz respeito à implementação da educação inclusiva ao longo das últimas décadas, é possível observarmos um conflito discursivo entre duas perspectivas bem opostas. Estando alicerçado em uma concepção fundadora da temática em questão, ainda persiste o discurso de que uma educação inclusiva seria a oferta de uma educação especial, necessitando de escolas separadas e especializadas. Diferentemente, tomou mais espaço nos últimos anos a compreensão de que uma educação inclusiva deverá ser aquela destinada à integrar democraticamente toda a comunidade escolar em um mesmo modelo de escola, estando os discentes e profissionais com necessidades especiais assegurados em todas as instituições de ensino do país.

Anteriormente a esse conflito de concepções da educação inclusiva, percebese uma visão sub-humana e indigna dos indivíduos com algum tipo de deficiência. Em sociedades mais primitivas, as crianças com deficiência, seja ela física ou mental, eram abandonadas para que morressem, posto que apenas o indivíduo saudável e perfeito era valorizado e digno de ocupar uma posição social. Na Idade Média, as limitações eram associadas aos contextos religiosos, ligadas às forças malignas, onde as ações variavam em seus níveis, desde acolhimento para caridade, castigos físicos e morte - onde tudo seria justificado através da religião (Hollerweger e Catarina, 2014).

Com o avançar do século XVI, esta visão começa a ser desconstruída com o progresso da Medicina. Motivados por uma investigação científica para compreender o funcionamento do corpo humano, os cientistas deste período buscaram explicar as doenças até então registradas e as diferenciações anatômicas dos corpos a partir da percepção da necessidade de auxílio e tratamento dos indivíduos. Entretanto, foi somente a partir do século XIX que notou-se a implementação de medidas oficiais no atendimento e tratamento das pessoas com necessidades especiais (Hollerweger e Catarina, 2014).

No Brasil, a perspectiva histórica da educação inclusiva teve início no século XIX, onde foi criado os primeiros grupos assistenciais para atender pessoas com deficiências, como cegueira e surdez. Mas os atendimentos educacionais só começaram a ser mais estruturados no meado do século XX. Sendo assim, Mantoan (1998) dividiu a história da Educação Especial Brasileira em três períodos.

- 1854 a 1956 - Ações de iniciativas privadas
- 1957 a 1993 - Ações de âmbitos nacionais
- 1993 até os dias atuais - Ações em favor da inclusão

Em 1854, foi criado por Dom Pedro II o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro. Três anos depois, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que logo após foi batizado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que acolhia meninos surdos que possuíam entre 07 e 14 anos de idade. Essas organizações tinham como objetivo ofertar o que havia de melhor em termos de educação para cegos e surdos para aquela época. Em consequência disso, em 1883, aconteceu o 1º Congresso de Instrução Pública

que colocou em questão o currículo e a formação de professores para cegos e surdos (Silva *et al*, 2016).

No início de 1900, foram surgindo indicadores que apresentavam interesses da sociedade no que diz respeito às pessoas que apresentavam necessidades educacionais específicas e, tal fato provocou o crescimento do número de trabalhos técnicos, assim com a execução de congressos e a criação de estabelecimentos de ensino, tanto público como privados, voltados a esse público (Galvão filho, 2004). Ao contrário do que muitos pensam, a luta pelo progresso e evolução da Educação Especial no Brasil não é de agora. Há algum tempo já se vinculam a instituições que acolhem as pessoas com deficiência. Entretanto, a aflição real ao campo educacional só foi acontecer anos depois.

Entre 1957 e 1993, surgiram iniciativas oficiais do Estado brasileiro referentes ao atendimento educacional. O governo federal criou campanhas com esse objetivo, sendo que a primeira campanha estava voltada para a Educação do Surdo Brasileiro de acordo com o Decreto Federal nº. 42.728, de 03 de dezembro de 1957, sendo instalada no INES. Tempos depois, José Espíndola Veiga elaborou a Campanha Nacional da Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão, que foi ligada ao instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro (Silva *et al*, 2016).

Em 1971, foi aprovada a lei de nº. 5.692, que previa em seu artigo 9º um tratamento especial aos “excepcionais”. A partir desse momento algumas ações foram implantadas como novas diretrizes e fases para o ensino fundamental e médio. Já no ano de 1973, foi formado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, com o intuito de promover nacionalmente a expansão e a melhoria do atendimento aos alunos com necessidades especiais. Com a formação desse centro foram extintas a Campanha Nacional de Educação de Cegos e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, e todo o seu acervo foi repassado para a CENESP juntamente com o IBC e o INES (Silva *et al*, 2016).

A Educação Especial tem como razão a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). As partes que amparam são os Capítulo II - Da União em seu Art.23 que afirma que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia

das pessoas portadoras de deficiência; Capítulo III - da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na década de 90 ocorreu a Conferência Mundial da Educação Especial e, no ano de 1994, foi proclamada a Declaração de Salamanca. Foi nesse momento em que se passou a ter inclusão desses estudantes com necessidades educativas especiais, tanto em sala de aulas regulares, quanto em espaços sociais, como um grande avanço na democratização. Com isso, a escola passou ser um local primordial para integrar essas crianças com necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as necessidades. As escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva a maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca assegura que todas as pessoas com algum tipo de deficiência tenham o direito de realizar todos os seus desejos quanto a sua educação. Lembrando que os pais têm o total direito de serem consultados sobre a educação de seus filhos, para que seja ajustada em um nível que se encaixe melhor para o aprendizado do mesmo. Sua importância está no fato de que ela proclama que a inclusão seja um processo educacional sistematizado para atender todo tipo de estudante, com toda a adaptação necessária e atendendo às especificidades de cada idade desses estudantes nas instituições de ensino.

Ainda na década de 90, temos a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), destinando o capítulo V para a Educação Especial, determinando garantias de matrículas para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial, oferta de Educação Especial durante a educação infantil e a especialização de professores.

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo Único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede regular de ensino independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996)

A partir dessas diretrizes, é importante destacar que em 2003, o Ministério da Educação criou "programas de educação inclusiva: direito à diversidade" cuja

prioridade é a mudança de unidades educacionais em unidades de acolhimento e que facilitem a formação de gestores e educadores nos municípios do Brasil. Assim, podemos aperceber-se que o Brasil está no aspecto geral comprometido com as condições e qualidades pedagógicas das pessoas com deficiência, mas em outras ocasiões o que importa é o quantitativo, ou seja, os resultados, pois as ações são realizadas com o objetivo de justificar o compromisso estabelecido com os documentos internacionais vigentes.

3- A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As famílias desempenham um papel essencial na educação das crianças. A família e a escola são duas instituições que precisam trabalhar juntas para alcançar o desenvolvimento ideal para a criança. A educação inclusiva oferece esperança para as famílias que buscam respostas e assistência em relação ao futuro educacional de seus filhos com deficiência, mas a falta de clareza sobre o que a educação inclusiva implica significa que os pais também têm preocupações que precisam ser abordadas.

O nascimento de uma criança com deficiência confronta todas as expectativas dos pais. Os planos futuros para essa criança são abdicados, e a experiência parental deve ser ressignificada. A flexibilidade com que a família lidará com a situação depende das experiências anteriores, do aprendizado e da personalidade de seus membros. Seu papel é oferecer a eles um lugar onde possam se desenvolver com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Este esforço é, sem dúvida, mais difícil para as famílias dos deficientes:

É importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem a respeito do deficiente (Cambruzzi, 1998, p.90).

Os pais de crianças com deficiência não estão mais preparados para enfrentar essa situação do que aqueles que têm filhos ditos normais. A escola precisa ocupar esse lugar de referência para a família no tocante ao entendimento das necessidades especiais da criança e no seu compromisso em oferecer esse conhecimento com bases

científicas, visto que muitos pais se encontram em ambientes diversos e com predomínio de opiniões ancoradas no senso comum.

Buscaglia (1993) lista alguns sentimentos dos pais que têm um filho com deficiência. Como não veio o filho perfeito, é comum o sentimento de autopiedade, onde aparecem a lamentação, a decepção e a descrença. Alguns pais podem abafar essa dor com alegria e tentar mostrar a todos os seus familiares e amigos que a vida seguirá normalmente. Isso também pode ser um comportamento para esconder o real sentimento do momento. A escola precisa reconhecer esse momento que os pais passam para ajudá-los a compreender e superar essa fase.

Os pais de crianças com deficiência atuam como espelhos, que devolvem certas imagens à criança. É nessa interação afetiva que desenvolvemos nossos sentimentos positivos ou negativos e construímos nossa autoimagem. A família do deficiente pode ajudá-lo a criar bons sentimentos. É importante elogiá-lo quando ele tentar fazer algo. A família deve estabelecer metas realistas e adequadas às capacidades de seu filho. O excesso de cobranças para o desempenho da criança com deficiência também pode criar obstáculos em seu desenvolvimento. Há pais que criam fantasias e, na ânsia de ver o filho progredir, provocando até mesmo crises de ansiedade. De acordo com Ross (1998):

Atribui-se aos pais a responsabilidade pela formação da autoestima da pessoa com deficiência, vinculando-se, portanto, a sua função quanto à formação emocional. Consequentemente os pais contribuem para a superação dos efeitos negativos da deficiência, favorecendo assim, a própria aceitação de sua condição (ROSS, 1998, p. 241).

A autoconfiança leva as crianças a acreditar em suas habilidades. Para que esta competência seja desenvolvida, é fundamental que a família acompanhe e

valorize o seu sucesso e o incentive nos momentos difíceis. Dessa forma, a criança estará se aceitando, com suas virtudes e limitações, alimentando sua autoestima. Estimulando a criança de forma positiva, capacitando-a a sonhar, atingir metas, sentir prazer nos processos envolvidos (Silva et al, 2014).

A escola, depois da família, é o primeiro e fundamental espaço para o processo de socialização da criança. Parolin (2003) lembra que os objetivos da escola e das famílias são os mesmos, preparar a criança para o mundo. Alguns pais ainda não estão cientes da importância de seu apoio com a instituição escolar de

seus filhos. O primeiro passo para que as famílias se envolvam de forma colaborativa com as escolas é promover um ambiente social e educativo onde os familiares se sintam acolhidos, respeitados, confiáveis, ouvidos e necessários.

Fatores culturais e tradições influenciam fortemente a relação entre as escolas e a comunidade. Em muitos bairros de quaisquer cidades brasileiras, as escolas são o centro da vida comunitária e são usadas para incentivar e alcançar a participação social. Tais ambientes culturais facilitarão o processo: pais, escolas e líderes comunitários sabem como trabalharem juntos e encontrar soluções criativas para o melhor desenvolvimento do processo de aprendizagem dos discentes da região.

Para crianças com necessidades educativas especiais, esta parceria é essencial. Davis (1989) defende que o envolvimento parental proporciona benefícios a vários níveis: aos filhos, aos pais, às escolas e, de um modo geral, infere melhorias na sociedade democrática. Nesse sentido, essa interação assume algumas funções, destacando-se: demonstração de amizade, transmitir confiança e coragem à criança.

A escola apenas complementa o ambiente familiar, pois os primeiros estímulos devem vir da família acompanhando as dificuldades e avanços no dia a dia e estimulando-os a aprender cada vez mais. Essa colaboração entre a família e a escola vai depender da relação entre a escola e a proposta de integração da família ao ambiente escolar.

Construir um programa de ensino de políticas escolares pode ser uma forma de edificar essa aproximação entre escola e família. Deve-se incentivar essa participação para que eles realmente entendam as ofertas e se sintam membros da escola onde podem subscrever compromissos no campo da educação infantil. É importante que os pais conheçam a proposta pedagógica da escola e participem da sua elaboração e implementação. É necessário propor medidas que tragam a família para a escola e removam a barreira existente entre eles.

O envolvimento da família é importante durante todo o ciclo de vida das crianças com deficiência, especialmente nos primeiros anos. Em sua Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a UNESCO (2009) apresenta uma lista detalhada de possíveis atitudes e valores dos familiares de alunos com necessidades

educacionais especiais destinadas a tornar a experiência da aprendizagem mais satisfatória e inclusiva.

A primeira de todas é a escola atuar como parceira no engajamento político dessas famílias, no esclarecimento dos direitos e deveres dos discentes com necessidades especiais e seus responsáveis. Frequentemente, as famílias – particularmente aquelas organizadas em redes ou associações – desempenham um papel de liderança na mudança dos sistemas educacionais para abordagens e políticas mais inclusivas. Algumas das ações em que os grupos de pais podem ter impacto são a identificação de escolas que necessitam avançar no atendimento a um alunado mais diverso; o estabelecimento de canais de comunicação com as autoridades educacionais em apoio à educação inclusiva; a organização de eventos que produzam um entendimento maior sobre a educação e o apoio ao desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento e capacitação dos professores e demais profissionais da educação.

A parceria da família com a escola proporcionará inevitavelmente o encontro de diferentes pais e responsáveis dos discentes com necessidades especiais. Essa será uma oportunidade que a escola terá de mobilizar um maior engajamento entre esses pais, um estímulo para que se organizem de forma propícia a terem mais voz na comunidade e entre as autoridades políticas da cidade e região. Esse contato também será de suma importância, particularmente, para os pais de crianças com deficiência que vivem em situações de vulnerabilidade social, comunidades isoladas ou de origens culturais diversas. Neste caso, o apoio dos pais de crianças com deficiência que se encontram numa melhor posição social ou educativa pode ser extremamente valioso. Pode ser um importante capital social (Bourdieu, 1989) nas lutas políticas travadas entre as associações dos pais e familiares de crianças com necessidades educacionais especiais e as autoridades locais responsáveis pela efetividade da legislação da temática vigente.

Os pais devem desenvolver uma relação mais próxima com a comunidade escolar, não só durante as aglomerações e comemorações, mas também em outros momentos em que possam participar ativamente e contribuir para o trabalho da escola no processo de aprendizagem das crianças. Essa participação está regulamentada em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), estando permitida

e assegurada a participação dos pais nos Conselhos Escolares e também na cobrança e indicação de temáticas na elaboração do Projeto Político Pedagógico anualmente nas instituições de ensino da Educação Básica. A inserção de projetos que facilitem o entendimento de toda a comunidade escolar sobre os modos de agir e uso correto de categorias discursivas com os mais diversos tipos de deficiência será de suma importância para o processo de aprendizagem de todos da escola e uma forma de contribuição efetiva em uma educação inclusiva.

A maioria dos pais são cientes de seu papel e de sua responsabilidade, porém, tem dificuldades de assumir esta responsabilidade junto com a escola, por não saber como fazê-la. É importante que a escola construa essa relação como parceira, fazendo toda comunidade escolar e familiares dos alunos com necessidades educacionais especiais entenderem que sua contribuição será em facilitar a mobilização desses familiares em prol da aprendizagem e bem-estar dos alunos. Ainda, em última instância, caberá a família e responsáveis a decisão sobre a melhor forma de condução da vida cotidiana de seus filhos. Içami Tiba diz que:

Os pais sabem de suas responsabilidades quanto ao futuro de seus filhos. Quando se sentem incapazes-incluindo aqui um certo conforto, tendem a delegar a educação de seus filhos a terceiros: escola, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, babás, funcionários, avós tios dos filhos etc (TIBA,2012, p.116)

Assim sendo, essa cooperação das instituições de ensino e os familiares dos alunos com necessidades especiais contribui de forma muito efetiva em dois sentidos: uma compreensão ancorada em critérios científicos e humanísticos construída entre escola e família que facilitará o relacionamento desses familiares e as crianças nos espaços fora do ambiente escolar; a pertinente discussão que se tornará presente nas instituições de ensino tornará esse conhecimento acessível a toda comunidade escolar, proporcionando mudanças no comportamento dos profissionais da escola e todos moradores de uma comunidade para com os indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência física ou intelectual. Essa cooperação, de forma direta ou indireta, propõe mudanças essenciais para a efetivação e manutenção de um Estado Democrático de Direito.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a implementação de uma educação inclusiva nas escolas brasileiras ainda serão necessários avanços significativos no tocante à legislação, capacitação de professores e outros profissionais que atuam no ambiente escolar, na acessibilidade dos espaços físicos das escolas e adaptação de seu material pedagógico, dentre outros. Todas essas condições tem sido consideradas como variáveis importantes para o sucesso da inclusão ao longo dos anos. Este artigo focou especificamente na cooperação e participação dos familiares dos alunos com necessidades educacionais especiais visando uma maior efetivação da educação inclusiva. A presença regular dos familiares e a implementação de projetos com a temática irão contribuir significativamente para a implementação de um processo de aprendizagem inclusivo. A escola precisa estimular o encontro e organização desses pais e familiares e toda a comunidade escolar para a cobrança e sistematização de práticas de ensino inclusivas e recursos adequados às necessidades de todos os alunos. A inclusão é um desafio para as escolas brasileiras, pois elas precisam repensar todas as formas de restrição que contribuem para a evasão e se concentrar mais nas opções de mudança. É sabido toda a dificuldade que se encontram as escolas públicas brasileiras no tocante à questão material e financeira. Mas o estímulo da presença dos pais dos alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se num horizonte de possibilidades da implementação de uma prática inclusiva. Os pais e familiares podem ser parceiros fortes da comunidade escolar, também no campo social e político. Tendo isso em acordo, as escolas poderiam ser mais proativas no envolvimento dos pais nas práticas educacionais desenvolvidas em seu espaço, para conscientizá-los sobre o que funciona e o que precisa ser melhorado nessa abordagem da educação inclusiva. Iniciar um diálogo com os pais pode ajudar a mudar as suas atitudes em relação à inclusão e a sensibilizá-los para as possibilidades de uma prática inclusiva para todas as crianças, mas também pode ajudar a torná-los parceiros fortes em esforços conjuntos para melhorar o bem-estar dos alunos e uma implementação efetiva da inclusão.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA ESPECIAL.
Revista de

Educação do IDEAU, Vol. 9 – Nº 19. 2014. Disponível em:

https://www.getulio.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/179d2c41544fbc17412e67a39d3476d39_1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em:

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez**. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília:

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

GALVÃO FILHO, T. A. Ambientes computacionais e telemáticos no desenvolvimento de projetos pedagógicos com alunos com paralisia cerebral. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 178 p., 2004.

HOLLERWEGER, Silvana; CATARINA, Mirtes Bampi Santa. **A importância da família na aprendizagem da criança especial**. Revista Educação do Ideau, Erechim, v. 9, n. 19, p. 01-12, jan./jun. 2014.

ROSS, Paulo Ricardo. **Pressupostos da integração: Integração frente à realidade educacional**. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, p. 239-43, 1998

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Cortez Editora. São Paulo. 2014.

SILVA, Cleidiane de Oliveira et al. **A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL:**

PONTOS E PASSOS. III CONEDU. 2016. Disponível em:

<https://iparadigma.org.br/wpcontent/uploads/A-Evolucao-da-Educacao-Especial-no-Brasil-Pontos-e-Passos.pdf>. Acesso em: 01nov.2022.

TIBA, Içami. **Pais e Educadores de alta Performance**. - 2ª Edição. São Paulo: integrare. Editora, 2012.

UNESCO. Relatório Global de Monitoramento da Educação de 2021 – “Inclusão e educação: todos, sem exceção”. Global Education Monitoring Report Team. Paris, UNESCO, Brasília, 2021.